

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

From the dismantling of public education to omnilateral human formation, perspectives and their reflexes in special education

Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Vitória-Brasil

Resumo

Essa pesquisa traça um percurso de cunho materialista histórico referente ao processo de desmonte na educação pública brasileira a partir da década de setenta e suas influências na educação especial com objetivo de correlacionar e refletir sobre a formação humana inerente a escola. A análise é embasada por produções científicas que problematizam as intenções do discurso capitalista orquestradas em programas governamentais, incluso o Projeto Escola Viva do Espírito Santo, problematizando a modificação da legislação da educação especial. Os resultados indicam um retrocesso planejado e fomentado no governo atual pelo corte no financiamento em todos os níveis da educação pública para com as demandas da ideologia capitalista burguesa. O estudo contrapõe essa assertiva ao propor o comprometimento da educação em um processo de resistência através da formação humana omnilateral.

Palavras-chave: Ideologia capitalista; Educação Especial; Formação Humana Omnilateral.

Abstract

This research traces a historical materialistic course referring to the dismantling process in Brazilian public education from the seventies onwards and its influences on special education in order to correlate and reflect on the human formation inherent in the school. The analysis is based on scientific productions that problematize the intentions of capitalist discourse orchestrated in government programs, including the Project Escola Viva of state Espírito Santo, problematizing the modification of special education legislation. The results indicate a planned and fostered setback in the current government by the cut in funding at all levels of public education to the demands of the bourgeois capitalist ideology. The study opposes this assertion by proposing the commitment of education in a process of resistance through omnilateral human formation.

Keywords: Capitalist ideology; Special education; Omnilateral Human Formation.

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

Introdução

Na ação de professores, pesquisadores e estudantes da área de educação, os ideais políticos e filosóficos, por vezes, se entrelaçam às mudanças e reformas do ensino nas legislações da educação. Todavia, essas mudanças podem fundamentar rupturas entre o mundo acadêmico e o chão da escola, o que por vezes implica na manutenção do *status quo*, que significa um certo afastamento entre professores e o conhecimento teórico, facilitando assim rupturas práticas e conceituais propícias à servidão capitalista (PRADO JR, 1954).

Moraes (2016) afirma em seu texto, *Ciências sociais e intelectualidade: ciência, educação e política*, que desde a formação do Brasil ocorre à questão da valorização do intelectual opondo-se ao trabalho manual e escravista no ofício de constituição da nação, mesmo que essa transformação histórica ocorra a serviço das intenções de um sistema capitalista, ela seria capaz de potencializar rupturas.

A composição e transformação da sociedade brasileira ainda perpassam por situações concretas derivadas dos processos históricos de colonização, servidão, trabalho escravo e alienação que influenciam o modo de ser, pensar e agir de cada sujeito e das formações políticas impostas a eles (PRADO JR, 1987), inclusas a educação proposta aos mesmos.

A concretude desses processos torna-se palpável e cada vez mais evidente na escola, como demonstram as produções históricas e ontológicas utilizadas no texto, trazendo implicações próprias para o trabalho docente, administrativo e coordenativo das instituições e repercutindo na formação humana de estudantes e professores.

A ideia nessa direção é apontar através das produções teóricas do percurso constituinte da educação brasileira, potencialidades para um olhar crítico e reflexivo dos desdobramentos e concepções educacionais, fomentando a formação humana omnilateral em contrapartida à formação produzida no sistema capitalista que se direciona no cenário atual pelo desmonte da educação pública.

Assim, é possível que por meio das considerações do agora com o passado numa perspectiva propositiva, apoiados no método materialista histórico dialético, atentando para os desmontes sofridos na educação brasileira, estabelecer outros diálogos para reforçar uma análise reflexiva que fortaleça uma formação crítica e emancipatória.

Nesse intuito foi considerada a educação brasileira perante suas influências históricas desde o Brasil colônia através do aporte referencial utilizado, traçando as relações com o desmonte da educação para composição dessa análise, principalmente a partir da década de setenta.

Educação e o desmonte capitalista

No início da década de setenta a educação escolar passa a ser compreendida menos sutilmente perante a condição social de direito e mais claramente perante as relações econômicas e mercadológicas dentro dos efeitos capitalistas de exploração e lucro, sobretudo visando ampliar a base produtiva do modelo econômico em desenvolvimento com repercussão substancial no aumento do número de escolas, públicas e particulares pelo território brasileiro (BITTAR e BITTAR, 2012; ZANLORENZI e NASCIMENTO, 2017).

Nessa contradição pública e privada, a escola particular acaba por minimiza ainda mais as funções de retorno social, direcionadas ao Estado e ampliar a noção de educação como mercadoria, revigorando o desenvolvimento econômico e a mobilidade social num sistema de exploração do trabalho pautado no determinismo das desigualdades e individualizações, acentuando a divisão das classes sociais (ZANLORENZI e NASCIMENTO, 2017).

Esclarecendo tal afirmação, ao mesmo tempo em que a Nação promulga resposta ao que decreta constitucionalmente, educação gratuita e de qualidade, inúmeras escolas particulares encontram espaço para desenvolverem o jogo de mercado, caracterizando a escola pública como aquela educação dedicada à pobreza e inicialmente elitizando as escolas particulares, o que reforçou as tendências na formação cultural brasileira e na formação dos professores quanto à centralização da acepção intelectual, já apontada nas análises de Azevedo (1953) como poderoso instrumento de valorização e seleção social.

É possível dizer através dos estudos de Azevedo (1953), Bittar e Bittar (2012), Zanlorenzi e Nascimento (2017), que no Brasil a educação não fez parte do conjunto de respostas à formação humana emancipatória de modo enfático, mas sim que se constituiu histórica e culturalmente por intenções mercadológicas intermediadas por instituições do setor privado e políticas governamentais enraizadas para o desenvolvimento do sistema econômico, acentuando a diferença entre as classes sociais e contribuindo para o fortalecimento do modelo social capitalista.

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

Outro autor que explica essa questão referente à elitização enfatiza que:

O sistema educacional, com efeito, em nossa sociedade está montada para formar alguns para mandar e outros para obedecer, e com isso, se submeter aos processos de exploração impostos pela classe dominante. Em suma, o objetivo último desse modelo educacional é de fato a manutenção desta atual e injusta estrutura de sociedade segundo os interesses da classe dominadora e exploradora. (FLEURI, 1999).

Nessa conduta se ampliam noções de divisão do trabalho que sustentam a divisão de classes, onde a escola desenvolve seu papel em meio a contradições, formando para a sociedade capitalista, estudantes protagonistas, inteligentes, autônomos e produtivos, os mesmos que deveriam contrariar o sistema dominante, a barbárie e o desmonte da educação em prol de condições melhores.

Para tanto, Adorno (2013) reafirma essa hipótese ao reconhecer que no movimento da barbárie social constituído por geração autônoma e intrínseca, o papel da escola deve ser estabelecido numa conduta de resistência e que mesmo com alcance restringido, o combate a alienação, intolerância e manutenção do controle político e econômico pelas elites devem persistir.

No objetivo de tais preceitos transformadores é pertinente firmar que a educação pautada na visão marxista propõe uma formação omnilateral acrescentando características revolucionárias, onde possibilita aos sujeitos utilizar do conhecimento para reconhecer, criticar e denunciar as injustiças sociais geradas pelo sistema, propondo a emancipação do homem pela transformação da sociedade concreta (MARX, 2010, 2017).

Mesmo compreendendo a educação como possível ferramenta de controle dirigida pela classe dominante, dentro da dialética marxista ela também seria pensada como proposta revolucionária pelos dominados, de modo a prover rupturas desse domínio, possibilitando ao indivíduo refletir de forma crítica, por exemplo, sobre questões de cunho político que impactam diretamente sobre a vida social (MARX, 2017).

Todavia o discurso dominante não reconstrói em ciclos o sistema historicamente projetado para instruir os direitos igualitários, as classes têm a pretensão de impor uma proposta de vida e trabalho, na venda do físico e no aprisionamento do intelectual, onde se situam aqueles que controlam e detém o poder, numa dualidade desenvolvida democraticamente dos países mais aos menos desenvolvidos. Nas correlações dos textos de Azevedo (1953) e Prado (1954, 1987), apontados anteriormente é possível sustentar tal

hipótese atentando para a formação cultural e sócio-econômica do Brasil dentro da proposta da classe burguesa.

A afirmativa de que o controle da educação no país tomou rumo através da implementação da ideologia burguesa também pode ser observada frente às influências nos currículos escolares, tal confirmação é referenciada por Chaui (2016) em *Ideologia e Educação*. Uma tendência que ainda persiste impregnada pelo governo neoliberal para desvalorização da educação na cultura brasileira, tais afirmações são visivelmente evidenciadas nas políticas de corte do financiamento das escolas públicas em todos os níveis de educação na atual gestão (2019).

Seguindo o pensamento marxista de educar para revolução (2017), percebe-se que na escola pública há espaço para fortalecer essa tendência e se aproximar de um propósito dialético de onde a reprodução e produção do conhecimento, a noção científica, os valores simbólicos e atitudinais, mesmo diante competências e habilidades (um discurso poderoso que se fortaleceu na ideologia neoliberal desde a época da *intervenção tecnicista* por meio do currículo vinculado ao mundo do trabalho) seriam capazes de potencializar pensamentos revolucionários com características críticas e emancipatórias como aponta a formação humana omnilateral.

Adorno (2003) sustenta tal pensamento ao demonstrar que a educação de qualidade no aspecto de emancipação social potencializada para e nas massas populares sustentaria movimentos de clareza quanto à exploração e domínio econômico podendo converter-se em uma diversidade de transformações para romper com o sistema, e que por isso, seu controle pelo viés político seja tão almejado dentro dos governos no modo de produção capitalista.

Logo incentivar um desmonte do ensino público alegando falta de qualidade, partindo para uma migração de parceria com o privado até a privatização completa, poderia sustentar, assim como os modelos aplicados nos países desenvolvidos, um processo de controle massivo ainda mais revigorante da diferença de classes pela burguesia, ou seja, estaríamos diante mais uma estratégia de dominação articulada pelos governantes.

A educação de qualidade acessível à massa popular amplia seu caráter contraditório nos processos dominação e revolução, respectivamente na e da classe trabalhadora, ou seja, todo governo para manter o sistema precisa invadir sua estrutura, por exemplo,

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

através das políticas assistencialistas como o Programa Bolsa Família, propostas ditas inovadoras como a Escola Viva, limitações de cunho despolitizante como a Escola Sem Partido, metodologias técnicas pelo ensino profissionalizante, intenções biologizantes para medicalização da educação e convenientemente com um falso protagonismo democrático como no Novo Ensino Médio.

Para embasar tamanha afirmação foram relacionadas algumas pesquisas que desmascaram essas estratégias. Antes, cabe lembrar que historicamente o discurso governamental se estabelece com intuito de domar a educação em prol da elite, e para esse propósito seria pertinente fortalecer a noção de capital humano pela formação técnica em detrimento da noção humanizadora pela formação omnilateral.

Pires (2013), por exemplo, esclarece as intenções ‘capitalescas’ que perpassam as pesquisas e os discursos associados ao Programa Bolsa Família, ao mesmo tempo em que pondera sobre a potencialidade transformadora originada dentro das condições exigidas, esclarece que para os burgueses é essencial que se permeie a ideia de um currículo de utilidades mercadológicas, a escola ainda poderia servir como instrumento conservador das desigualdades ao anular as diferenças dos sujeitos.

Oliveira e Lirio (2017) apresentam em sua pesquisa considerações voltadas a análise do Programa Escola Viva que enunciam de forma clara, através de análises documentais o ideal capitalista no propósito dos governantes, estabelecendo um caminho rumo à privatização do ensino público no Espírito Santo e abertura para tomadas de decisões antidemocráticas na educação.

A educação em sua finalidade mercadológica assumiu uma perspectiva de formação técnica com ensino profissionalizante, visto a superação da formação humana, estudos como os desenvolvidos por Deitos e Lara (2016) demonstram as tendências intensificadas no país a partir de 2003 de forma fundamentada nos discursos econômicos, políticos e ideológicos para sua convergência na manutenção da hegemonia dominante, do consumo e da reprodução do processo produtivo capitalista.

A educação dentro dos fins mercadológicos também foi invadida e pensada como um enorme mercado para as indústrias de medicamentos, surgindo inúmeras epidemias diagnósticas na escola e seus respectivos tratamentos. Medicalizada a educação passou a ser excêntrica consumidora de inúmeras drogas, coisificando o sujeito para atender padrões

de produtividade social no sistema, Viégas e Goldstein (2017) esclarecem tais afirmações em sua pesquisa e apontam que:

O caráter coisificador da medicalização reside na desconsideração da realidade concreta, complexa e contraditória dos fenômenos psicossociais, de maneira que tudo e todos são convertidos em mercadorias, ainda que circulando em nichos de mercado menos evidentes, mascarados pelo discurso do “direito ao diagnóstico e ao tratamento.” O olhar que converte tudo em mercadoria é próprio da sociedade capitalista, e ganha contornos específicos em tempos neoliberais, caracterizados por políticas de austeridade, privatização e monetarização (VIÉGAS, GOLDSTEIN, 2017 p.12).

As políticas nominadas na citação anterior definem os passos dados nos discursos que permeiam a educação atual e foram demonstrados respectivamente pelas pesquisas apontadas nesse texto através de uma visão pelo processo histórico, cada qual dentro de seu objetivo, mas que se articulam num pressuposto ideológico comum, que é afastar a educação do seu objetivo de formação humana emancipatória e centralizá-la a serviço do capital.

Do sucateamento da educação e da formação dos indivíduos das classes mais baixas por viés dos discursos e das políticas capitalistas emerge a reforma do Novo Ensino Médio, que declara oficialmente um retorno as políticas educacionais da época de Fernando Henrique Cardoso (aquelas atreladas tão fortemente com as intenções do setor privado e com o desenvolvimento do capital) que foram rompidas parcialmente no governo Lula e que começava a denunciar mais claramente as mazelas do domínio burguês, movimentando ações transformadoras de grande porte, como a maior ascensão das classes baixas as Universidades Federais (FERRETTI, 2018).

Haja vista, que culturalmente os processos de formação do consumo da sociedade brasileira e a própria escolarização das classes dominantes, mesmo rebaixados ainda são suficientes para manutenção do poder (CATTANI, KIELING, 2007), promover o sucateamento financeiro das instituições públicas e novamente tentar elitizar o ensino superior, pode ser considerado como mais uma manobra de dominação bem elaborada pelos governantes na esfera da educação.

Apoiados por essa perspectiva, a tentativa que ocorre atualmente (corte financeiro nas Universidades Públicas e Institutos Federais) no governo Jair Bolsonaro (2019) se constitui na continuação da vertente do processo histórico implantado no Brasil para fortalecimento do domínio da burguesia como mais uma estratégia vinculada ao desmonte

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

da educação brasileira no sistema capitalista, cabendo a sociedade, classe trabalhadora e a escola, como potencializou Adorno (2013), imporem resistências.

Enfim, até esse momento foram apontadas reflexões que permeiam a educação de forma generalizada, da educação básica ao ensino superior, na esfera histórica, política e cultural brasileira com intuito de fomentar bases para o diálogo. Atentos a essas considerações são estabelecidas exposições seguintes voltadas para a educação especial, que por viés dessa análise também estaria submetida a tais influências.

Impactos do desmonte na educação especial

Mesmo submetida a tais influências é necessário entender que na educação especial essas correlações são atreladas especificamente a movimentos de luta com propostas inclusivas, que se contrapõem aos princípios filantrópicos das classes/instituições especializadas de ensino num processo de superação histórica rumo à universalidade da educação na escola pública regular.

É preciso lembrar que a inclusão ocorre dentro do sistema capitalista, logo pode assumir caracterizações distintas em prol do discurso que a conduz, contudo e independente dessa possibilidade, o fato de existir inclusão promulga a existência de uma população excluída, que encontraria sua inclusão na lógica capitalista, a ideia pode ser vinculada então a uma exclusão funcional ao sistema, dentro da perspectiva de ajustes (KASSAR, ARRUDA, BENATTI, 2009).

Segundo essas autoras as políticas de inclusão estão marcando fortemente a educação na sociedade capitalista, elas apontam que desde a década de 90 junto à reforma de estado articulada pelo Ministro Bresser Pereira essa relação se tornou mais clara (KASSAR, ARRUDA, BENATTI, 2009). Uma vez que mesmo a população de excluídos possa ser explorada para que a alavanca de acumulação capitalista possa ser ampliada potencialmente e as demandas do capital sejam atendidas, toda política de inclusão pode ser útil ao sistema, logo a inclusão escolar não escapa.

Os sujeitos que compõem os excluídos, agora inclusos na escola regular pela educação especial se caracterizam legalmente como *público-alvo da educação especial* através das definições de algumas necessidades específicas dos estudantes. Sua manifestação na intenção de ocupar o espaço escola, contrariando as instituições filantrópicas e privadas ocorreu por intermédio dos movimentos sociais compostos pelas

famílias e pela própria escola pública com a premissa de fortalecer a formação humana, o direito à educação de forma universal como declarado na Constituição Nacional (1988), unificando e reforçando os direitos humanos.

Mobilização que no Brasil legitimou grandes conquistas legislativas e práticas, trazendo o aluno público-alvo da educação especial para dentro da escola pública regular, mas que agora estão novamente enfatizados na mira financeira do setor privado e fazem parte das tentativas de desmonte da educação.

Seria possível afirmar que a presença desses alunos na escola pública possibilita grandes reflexões, como aquelas que se firmam na via da formação humana omnilateral, já que podem colaborar para além da noção mercadológica do capital. Onde antes pelo viés do capital humano ocorreria o investimento em educação com retorno individual para agregar valor à força de trabalho, agora há uma lacuna propícia a formação omnilateral que pode revitalizar as noções de convívio social e apoio coletivo para superação das limitações físicas e ideológicas impostas pelo trabalho, reforçando a humanização de todos.

O que pudera esse tal de capital humano? Podemos afirmar que a relação social construída historicamente por meio do acúmulo de saberes, habilidades e valores no propósito do trabalho é condição e potência para o desenvolvimento distinto das noções que o permeiam (FRIGOTTO, 1993).

Em sua expropriação e exploração, aqueles que o detém e os que o compram por meio dos instrumentos de produção, se apropriam da força física e intelectual trabalhadora, onde também tecem políticas sociais por meio dos equipamentos do Estado nesse sistema para organizar e coordenar através do investimento no “fator humano” os avanços do capitalismo como destaca Frigotto:

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1993, p.41).

Assim também o capital humano se conduz na realidade das garantias possíveis na educação como: ao estudar terá maior condição de ascensão e mobilidade social, pois existe segurança de emprego melhor remunerado e melhores condições para quem é qualificado (FRIGOTTO, 1993).

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

Esse é um dos fatos estabelecido pela educação, que de acordo com os interesses da classe burguesa se reconstrói em ciclos frente às disfunções sociais em prol do sistema capitalista quando orientado por políticas neoliberais, que à mínima evidência de fraqueza é reinventada para manutenção de seus propósitos alienadores e manutenção da ordem burguesa.

Como visto anteriormente, profissionalizar é cabível nessa conduta e assim como determinava a antiga lei 5.992 de 1971, proveniente de um sistema ditatorial, onde fica claro mais uma vez, que investir no capital humano através da educação para o trabalho em contraposição a formação omnilateral é necessário para perpetuar o determinismo histórico em países colonizados, uma exigência existencial para a distinção na estrutura de classes no Brasil.

Assim, na educação especial a profissionalização também foi consolidada:

A educação profissional é um direito do aluno com necessidades educacionais especiais e visa à sua integração produtiva e cidadã na vida em sociedade. Deve efetivar-se nos cursos oferecidos pelas redes regulares de ensino públicas ou pela rede regular de ensino privada, por meio de adequações e apoios em relação aos programas de educação profissional e preparação para o trabalho, de forma que seja viabilizado o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais aos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, bem como a transição para o mercado de trabalho (BRASIL, 2001, p. 60).

Mas como se profissionaliza um estudante público alvo da educação especial? Uma saída seria a adaptação curricular para o mercado de trabalho, visando à padronização desse indivíduo conforme as demandas do mercado, algo útil ao capitalismo e que se associado ao discurso da inclusão ainda possibilitaria maior visibilidades às empresas que aderirem; outra seria a ocupação desses sujeitos de forma funcional, voltados para trabalhos físicos de menor interesse que necessitam de conhecimento prático repetitivo (repositor de estoque, auxiliar de caixa de supermercado). Trabalhos que em suma exigem menor esforço mental e maior esforço físico.

Cabe lembra que esse foi o mesmo tipo de trabalho estigmatizado na época da escravidão no que se refere à origem dos preconceitos culturais e também na conjuntura que levou a valorizações do trabalho manual e técnico como observaram Azevedo (1953) e Prado (1954, 1987), ou seja, é necessária cautela para não cairmos na mesma cilada ideológica, mesmo que voltemos à condicionante da classe trabalhadora que precisa

sobreviver e para isso precisa trabalhar, há de se promover um pensamento reflexivo e crítico que tente resistir a tais mazelas e transformar essa realidade.

Goyos (2001) e Tanaka (2001) destacam nessa assertiva sobre a perspectiva acentuada que recai sobre indivíduos com deficiência no desempenho de trabalhos produtivos de forma segregada nas instituições especializadas, reproduzindo a proposta neoliberal com práticas pedagógicas operacionais simples e limitação do espaço de forma mínima na partilha do conhecimento.

Nessa lógica é preciso evidenciar que existia uma parceria desde 1997 entre a Federação Nacional das APAEs e o Ministério do Trabalho e Emprego legitimada no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador com financiamento do Fundo de Amparo ao trabalhador, orientadas principalmente pelas intenções do Banco Mundial, ou seja, evidenciando o alinhamento do terceiro setor, reforçando a divisão técnica do trabalho entre o intelectual e o manual (CÊA, 2003).

Logo, nada mais favorável do que um ensino tecnicista que englobe a educação especial, já que essa dependência do trabalho foi incorporada historicamente pela sociedade de forma global como essência da condição humana (MARX, 2017), por inclusão também é direito desses sujeitos, contudo, como visto, ela é pode ser usada de justificativa na proposta burguesa para implantar ferramentas de controle por meio do discurso e projetos políticos o que se apresentou na Educação Especial cheio de falsas boas intenções.

Falsas boas intenções? Exato! Imagine inicialmente que o financiamento dessas possibilidades passe do intuito inclusivo para ser vinculada ao setor privado e escolas especializadas, destinando o que antes era recurso da educação pública. Adiante será pontuado com mais clareza tal afirmação.

De certo, também é preciso pensar que a proposta de profissionalizar os sujeitos da educação especial pode ser disfuncional assim como para os demais, pois não se tem controle social pleno, mas a ideia é muito convincente e bem proposital, mesmo porque vem acompanhada das outras estratégias convenientes e articulada a ideia de inclusão.

Nesse contexto é cabível ignorar as relações desiguais de poder e promover a ostentação, a falsa racionalidade, a igualdade, o porte de armas e o consumo, sobre a ótica falida de que qualquer um nessa sociedade teria as mesmas oportunidades e colocar as diferenças da educação especial no mesmo balaió igualitário de forma inclusiva.

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

Esse é o potente discurso que vigora na educação nos últimos três anos (2017-2019) e que fomentou a reforma do Ensino Médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de forma a promover uma lavagem cerebral na população brasileira por intermédio das mídias, vinculando o ideal neoliberal de que “se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão” (propaganda do MEC para justificar a BNCC), o que segundo análise de Branco et al.(2018) atendia aos interesses mercadológicos e colaborava com o esvaziamento e a precarização do ensino público.

O discurso se cobriu de conceitos inclusivos e igualitários ao mesmo tempo em que traduzia a cultura brasileira em reducionismos erroneamente entrelaçados ao conceito de igualdade das oportunidades, sendo possível dizer que também consolidavam ações de longo alcance no fortalecimento da noção de que a culpa do insucesso na vida é do indivíduo, já que as oportunidades são ditas iguais, ou seja, novamente a regeneração da ótica por uma formação humana objetivamente capitalista.

Então, independente da classe ao qual pertence, tudo depende apenas de suas escolhas, sem considerar plenamente a diversidade territorial brasileira nas dimensões da vida humana, história e cultura, vinculando causa e efeito de forma linear visto a necessidades do mercado, do controle, da exploração, do lucro e da concentração do poder (BRANCO et al, 2018).

É nessa conjuntura de perca dos direitos sociais e culpabilização do indivíduo que somos obrigados a arriscar *mudanças na Política Nacional de Educação Especial*, mesmo antes que ela se estabeleça integralmente (completou dez anos EM 2018), ou seja, deu seus primeiros passos na escola e na sociedade e já é alvo de alteração para atender a demanda capitalista.

Então quais seriam as intenções na mudança da lei nacional de educação especial que se vinculam ao desmonte na educação pública? Bem, nos cabe problematizar e refletir um pouco sobre isso e observações de caráter investigativo atentos a essas possibilidades sugerem alguns apontamentos quanto ao desmonte na educação especial:

- Na esfera federal quanto a BNCC foi observado que o discurso que pautava a educação especial foi simplesmente apagado da primeira versão para a terceira e não consta na versão aprovada, situação essa que fortaleceu o debate estabelecido no Congresso brasileiro de Educação Especial em São Carlos - São Paulo, 2018;

- No Seminário Nacional de Educação Especial em Vitória – Espírito Santo 2018, onde durante cinco reuniões do fórum capixaba que antecederam os direcionamentos para esse evento um dos assuntos mais debatido foi a força tarefa das instituições especializadas que se estabeleceu para conseguir captar o máximo de recursos do governo (FUNDEB) por meio da oferta compulsória do atendimento educacional especializado (AEE) aos pais dos alunos especiais, sem que os mesmos tivessem o direito de fazê-lo na escola regular, com risco de perder os atendimentos relacionados à saúde.

Frigotto (2013) tece considerações importantes quanto ao fetiche mercantil que está sendo elaborado na educação e na captura do capital humano por meio da exploração do trabalho como mercadoria, apontando três processos que articulam a mercantilização do conhecimento e das relações pedagógicas que podem contribuir para olharmos as observações citadas anteriormente.

Todos os três mecanismos são orientados pelo discurso capitalista, onde inicialmente o primeiro fomenta fortemente a ideia de uma educação pública falida, desprovida de eficiência, incapaz e que precisa de parceria público-privado para se reestruturar e conduzir o processo de ensino e aprendizagem (FRIGOTTO, 2013).

Nesse sentido ao não pautar na BNCC parâmetros mínimos voltados para educação especial ocorre a desvalorização do profissional e de sua formação, visto que esse poderia não definir mais o material e estaria sujeito a quaisquer métodos pedagógicos para desenvolver sua função, podendo ter que cumprir metas e estratégias através de apostilas e conteúdos objetivos, ou até mesmo por uma formação tecnicista e profissionalizante advinda de um terceiro setor de forma impositiva na parceria público privado.

O segundo mecanismo é o ataque direto a formação docente e sua falta de produtividade concreta e efetiva capacitada para ter bons rendimentos e boas formas de educar, o terceiro mecanismo nesse sistema está associado ao fortalecimento das duas ideias anteriores pela premissa de que não há mais sociedade e sim indivíduos (FRIGOTTO, 2013) onde existe um desmonte da carreira docente pela premiação do melhor professor e das melhores escolas, ou seja, recompensas por produtividade e até por quantitativo de aprovação (bônus desempenho).

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

Fica evidente a associação desses mecanismos com os pontos traçados inicialmente no desmonte da educação de forma geral, aqui associada à segunda observação na educação especial. Uma vez que as instituições especializadas visem à captação compulsória dos recursos em detrimento do direito a educação na escola regular, no caso do AEE o pressuposto capitalista de profissionalizar e privatizar prevalece novamente.

Ainda é possível questionar que se o discurso de que a educação pública não dá conta e é falida se fortalece, não faz sentido manter as crianças especiais nesse meio. Novamente voltariamos à influência do *pensamento* segregador para que se justifique depositar os alunos nas instituições especializadas. Remodelar o discurso e restringi-lo fora dos documentos governamentais (por viés da mídia) como feito na BNCC é uma das assertivas que poderia fortalecer isso, outra possibilidade seria alterar a política da educação especial para atender associações com as organizações sociais e terceirizar o serviço de forma mais objetificada, tal fundamentação se respalda pelo fato de que:

A produção de ideias, de representação, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGLES, 2007, p.36-37).

Assim, os fatos concretos observados se inclinam para uma super valorização do sistema educativo burguês, o que Marx e Engels (2012) já atentavam como ideal para promover junto à divisão do trabalho uma hipertrofia e atrofia nos pólos da sociedade em sentidos opostos ao da emancipação humana e por consequência o afastamento da omnilateralidade.

A ideia que não se esgota aqui foi apresentar alguns reflexos que recaem na educação especial por intermédio do pensamento histórico e crítico partindo do desmonte da educação pública de forma a possibilitar ao leitor elaborar seu próprio contexto analítico frente às decisões políticas governamentais na conjuntura do governo atual (2019). Acompanhando esse pensamento as considerações finais partem de proposições conceituais que fomentem possibilidades de ruptura dentro desse sistema pelo viés da formação omnilateral, supracitada em todo texto como possibilidade de contrapartida e emancipação humana, de modo a esclarecer tal conceito e reforçá-lo como alternativa dentro do panorama apresentado.

A omnilateralidade contrariando o desmonte da educação

Dentro das reflexões pautadas nesse texto fora enunciada várias vezes a formação humana emancipatória numa educação apoiada pelo pensamento Marxista, a qual teria potencialidade para romper e transformar a realidade apresentada anteriormente e talvez processualmente ou de forma drástica superar as normas do sistema capitalista. Assim as considerações finais seguem na tentativa de esclarecer a formação humana omnilateral como proposta na luta contra o desmonte da educação.

A omnilateralidade pode ser associada de forma marcante a educação nessa perspectiva quando pretende superar a formação produzida pelo sistema capitalista e fortalecida pela alienação, divisão social do trabalho e pelos processos de exploração burguesa, por isso a sua associação com Marx que visionava em seus trabalhos a superação desse sistema com a ruptura revolucionária das limitações impostas ao homem na sociedade capitalista.

Processual e ou radical, pois requer a desvinculação com preceitos burgueses impregnados na nossa sociedade e citados anteriormente, a saber: divisão de classes, apropriação e explicação do real, especialização do trabalho e da formação, valorização do intelectual e desvalorização do manual, a competitividade, o senso individualista e egoísta e a privatização, todos pautados e estudados historicamente frente uma análise crítica que se articula entre o trabalho e a produção como evidenciado por Marx:

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e conseqüências dessa relação (MARX, 2010, p.88-89).

É nesse sentido que a formação omnilateral pretende enriquecer a formação do ser social em essência, dentro de aspectos éticos, morais, práticos, artísticos, culturais, intelectuais, sensíveis e emocionais capazes de subverter a ordem capitalista num firmamento histórico, coletivo, libertador e emancipatório, Marx deixa isso claro nos Manuscritos de 1844:

O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo (...) (MARX, 2010, p. 108)

A perspectiva que se aplica a omnilateralidade não é a do ter (ter conhecimento), mas o processo constante e amplo de disponibilidade para situações diversas que envolvam o pensamento, não genial, mas reflexivo da realidade concreta com bases concretas, numa coletividade de vivência social histórica.

Aquilo que faltaria ao homem por objetificação do capitalismo, tempo no sentido de fortalecer e enriquecer o conhecimento, a criatividade, o lazer, a manifestação humana livre advinda do trabalho, não apropriada, consumida e capitalizada como mercadoria, mas apreciada numa totalidade vivida.

É possível dizer nessa concepção de contrapor o ideal exploratório, produtivo e consumista, que há necessidade de um sentido pleno em constituição e reconhecimento das necessidades, ultrapassando o sistema de afinidades do capital que mascara a realidade através da produção de consciências nessa sociedade, corrompendo e mediando o pensamento humano na exploração mercadológica.

Algumas das tessituras que colaboram com conceitos capitalistas dentro da educação são anunciadas por Frigotto (2013) com clareza, a saber: sociedade do conhecimento, qualidade total, empregabilidade, empreendedorismo, pedagogia das competências. Nessa assertiva, tais iniciativas se formulam de forma extremamente perigosas, vislumbrando uma formação técnica a serviço do capital e da grande indústria.

É preciso assumir que, em termos de formação social a educação seria um dos pilares mais importantes de um país, pois as transformações concretas da sociedade decorrem da sua manifestação dissipada e mediada dentro dos demais pilares (cultural, econômico e político), tal importância deve ser firmada como ponto de partida para a revolução do governo e estabelecida e fundamentada pela universalidade do acesso de forma pública e com qualidade dentro dos deveres do próprio Estado de forma concreta como prediz a Constituição brasileira de 1988.

Assim, a assimilação do que foi determinado culturalmente de forma espontânea e superficial serve de premissa para manutenção do controle burguês, onde por intermédio da educação à escola é imposto subverter a ideia de democracia, inclusão e reforma curricular para alegar autonomia/protagonismo estudantil em prol do capitalismo,

novamente é necessário cuidado e um olhar crítico para que a ação de resistir da escola se fortaleça em meio tais possibilidades.

Dessa assertiva e atreladas a essa ideologia surgem questões pertinentes voltadas à reforma do ensino médio que junto ao discurso acrescentam o fator desnecessário ao ensino onde, por exemplo, se justifica que disciplinas (sociologia, filosofia e história) que reforçariam os pensamentos reflexivos e críticos na contrapartida a servidão física e mental da classe trabalhadora figurem como optativas ou desnecessárias desde o Novo Ensino Médio, acumulando uma dependência ainda mais voraz do sujeito ao mundo do trabalho e a formação capitalista.

De forma cautelosa é possível pensar que quando as condições subjetivas são colocadas no centro do discurso neoliberal para emocionar e produzir consentimento popular massivo, o conhecimento científico e o questionamento problematizador perdem espaço, exemplificando: assim como um presidente é eleito sem participar dos debates (eleições presidenciais no Brasil em 2018), a população brasileira poderia ser convencida a adotar qualquer fonte de notícia com baixo questionamento expressivo; as verdades absolutas podem emergir falsificadas e serem multiplicadas com auxílio tecnológico massivo num propósito que atenda ao capitalismo de maneira acentuada.

Existe na sociedade brasileira um problema maior visionado pelo desmonte da educação pública que associado a afirmação evidenciada anteriormente pela pesquisa de Cattani e Kieling (2007) consolida um prato cheio para o sistema capitalista.

Como visto o processo educacional público precisa ser desqualificado na esfera histórica, política e cultural para enganar a população e atender as demandas capitalistas (AZEVEDO, 1953; PRADO, 1954, 1987; FRIGOTTO, 2013), o que justificaria os discursos apontados dentro da superficial e ilusória diminuição de desigualdades no sistema educacional vigente, onde as relações entre classes e países são evidenciadas na maneira do querer. Horas! Você é pobre porque quer e rouba simplesmente porque quer, mas não aprende porque a educação pública é ruim.

Há uma relação de dominação e exploração capaz de cobrir tantos olhos que sustentada por um sistema capitalista promove distorções conceituais para colaborar com discursos alienadores e uma formação técnica individualizante. Dominação que ao se sentir

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

ameaçada devido à maior acessibilidade e permanência da massa no ensino público projeta um plano de desmonte da educação por todo território brasileiro.

Os impactos dessa proposta recaem na educação especial através do corte no financiamento e parcerias com instituições especializadas do setor privado; da retirada do discurso da Base Nacional Curricular; na formação funcional e técnica dos professores; e com mudanças desejáveis aos ideais capitalistas na lei das diretrizes nacionais da educação especial, que por fim devem resultar na retirada e/ou diminuição do tempo do estudante público alvo da educação especial na escola regular e na terceirização do trabalho prestado ao setor.

Rememorando, a inclusão desses alunos na escola regular tem amenizado desigualdades sociais e promovido uma formação que se aproxima das intenções omnilaterais, mesmo que essa não possa se estabelecida dentro do sistema capitalista e as legislações dedicadas ao financiamento dessas assertivas acabam por suprir necessidades de acesso e permanência, mesmo diante atravessamentos culturais e históricos.

Acompanhamento e mais estudos são necessários para atentar a essas eventuais mudanças e impactos causados pela tentativa de desmonte da educação pública, essa pesquisa entre as demais considerações evidencia por uma análise reflexiva alguns pontos fundamentais que visam à formação emancipatória omnilateral estudada por Marx como contrapartida as mazelas governamentais capitalistas. Cabe a suposição de que a mesma esteja sendo praticada nas escolas públicas em todos os níveis de ensino pelo Brasil e tem provocado mudanças sociais, mobilização e pensamentos perigosos ao sistema com maior intensidade, talvez esse seja um dos principais fatores para a política governamental atual (2019) intensificar o trabalho de promover com tanto engajamento o desmonte da educação pública.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2012.

BRANCO, Emerson Pereira et.al. Uma visão crítica sobre a implantação da base nacional comum curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, v. 10, n. 21, p. 47-70, Maio/Ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº. 5.682, de 11 de agosto de 1971. **Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971.

BRASIL/MEC Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL/MEC Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

CATTANI, Antonio David; KIELING, Francisco dos Santos. A escolarização das classes abastadas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 170-187, jun./dez. 2007.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **A qualificação profissional entre fios invisíveis: uma análise crítica do Plano Nacional de Qualificação do trabalhador PLANFOR**. 2003. 282f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21 n. 64, p. 165-188, jan./mar. 2016.

FERRETTI, Celso João. A reforma no Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação, **Estudos Avançados**. v. 32 n. 93, 2018.

FLEURI. Reinaldo Matias. **Educar para quê?** São Paulo: Cortez, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. Simproeste, 2013.

GOYOS, C. Formação de programa comunitário de suporte para o trabalho do indivíduo com deficiências. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. (Orgs.). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial II**. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 645-654.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; ARRUDA, Elcia Esnarriaga de. BENATTI, Marielle Moreira Santos. Políticas de inclusão: o verso e o reverso do discurso e práticas. In. JESUS,

Do desmonte da educação pública a formação humana omnilateral, perspectivas e seus reflexos na educação especial

D. M., BAPTISTA, C. R., BARRETO, M.A.C.S. & VICTOR, S.L. (Orgs.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação. 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: PenguinClassics/ Companhia das Letras, 2012.

MORAES, Lívia Bocalon Pires de. Ciências sociais e intelectualidade: ciência, educação e política. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 395-409, abr./jun. 2016

OLIVEIRA, Ueber José de; LIRIO, Marcos Marcelo. O Projeto Escola Viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no Espírito Santo (2003-2016). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 35, p. 273-295, jan./jun. 2017.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo, Urupês, 1954.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

TANAKA, E. D. O. O portador de deficiência mental: considerações acerca da sua preparação para o trabalho. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. (Orgs.). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial II**. Londrina: Editora UEL, p. 655-65, 2001.

VIÉGAS, Lygia de Souza; GOLDSTEIN, Thaís Seltzer. Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. Fênix, **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n.1, jan./jun. 2017.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A revista A Escola e a educação brasileira no início do século XX. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 1, p. 24-37, 2017.

Sobre o autor

Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves

Professor de Educação Especial/PM.VIANA-ES, Professor de Química e Ciências, Mestre em Biotecnologia PELA Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, Mestrando em Educação Especial - UFES.

E-mail: nahunthiaghor@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5684-0880>

Recebido em: 19/09/2020

Aceito para publicação em: 09/10/2020